

PRODUÇÃO TÉCNICO- CIENTÍFICA E EVENTOS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA ANÁLISE POR ÁREA TEMÁTICA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

**TECHNICAL-SCIENTIFIC PRODUCTION AND EVENTS IN UNIVERSITY
EXTENSION: AN ANALYSIS BY THEMATIC AREA AT THE STATE UNIVERSITY
OF PARAÍBA**

Ciências Humanas • 25/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/790301073](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/790301073)

Yasmin Simões de Souza¹

RESUMO

Este artigo analisa os tipos de produção técnico-científica e de eventos gerados pelos projetos de extensão executados na última cota de financiamento da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), relacionando-os à área temática de vinculação de cada projeto. A pesquisa, de natureza documental e descritiva, com abordagem predominantemente quantitativa, baseou-se na análise de 486 relatórios finais de projetos de extensão, classificados segundo as oito áreas temáticas do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Os resultados indicam que a extensão universitária gera, predominantemente, produtos de comunicação e divulgação (produto audiovisual, cartilhas) e eventos de curta duração (palestras, oficinas), em detrimento de formatos mais próximos da produção acadêmica tradicional (livros, revistas, software, congressos e seminários). Constatou-se, ainda, que cada área temática apresenta uma configuração própria de produção: Comunicação e Direitos Humanos concentram-se em produtos de divulgação e sensibilização; Saúde e Tecnologia e Produção priorizam produtos de caráter mais técnico; e Educação orienta sua produção para materiais pedagógicos. Conclui-se que o tipo de produto gerado pela extensão reflete a natureza funcional de cada área de conhecimento, o que oferece subsídios à gestão institucional da extensão e contribui para a literatura sobre avaliação e produção acadêmica extensionista no Brasil.

Palavras-chave: Extensão universitária; produção técnico-científica; área temática; avaliação institucional.

ABSTRACT

This article analyzes the types of technical-scientific production and events generated by university extension projects carried out in the

latest funding cycle of the Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), relating them to the thematic area of each project. This documentary and descriptive research, with a predominantly quantitative approach, was based on the analysis of 486 final reports of extension projects, classified according to the eight thematic areas defined by the Brazilian Forum of Extension Pro-Rectors (FORPROEX). Results indicate that university extension predominantly generates communication and outreach products (audiovisual material, educational booklets) and short-duration events (talks, workshops), rather than formats closer to traditional academic production (books, journals, software, conferences, and seminars). Each thematic area was also found to present its own production profile: Communication and Human Rights concentrate on outreach and awareness-raising products; Health and Technology and Production prioritize more technical products; and Education focuses its production on pedagogical materials. It is concluded that the type of product generated by extension reflects the functional nature of each knowledge area, offering input for institutional management of extension and contributing to the literature on evaluation and academic production in Brazilian university extension.

Keywords: University extension; technical-scientific production; thematic area; institutional evaluation.

1. INTRODUÇÃO

Conforme estabelece o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, a extensão universitária constitui uma das funções fundamentais das universidades brasileiras, ao lado do ensino e da pesquisa, devendo ser desenvolvida de forma indissociável destas (Brasil, 1988). Consolidada institucionalmente a partir da atuação do Fórum de

Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), a extensão passou a ser sistematizada nacionalmente por meio da Política Nacional de Extensão Universitária, que organiza as ações extensionistas em oito áreas temáticas, sendo elas Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. Essas ações são operacionalizadas sob diferentes modalidades, como programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços (FORPROEX, 2012). É a partir dessas modalidades que ocorre a produção de publicações e outros produtos acadêmicos, os quais registram e disseminam os conhecimentos gerados nas atividades extensionistas.

Nos últimos anos, a relevância da extensão universitária foi reforçada pela sua curricularização, determinada pela Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) e regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece que, no mínimo, 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação deve ser destinada a atividades de extensão (Brasil, 2018). Esse processo amplia a exigência, por parte das Instituições de Ensino Superior, de acompanhamento e avaliação sistemática de suas ações extensionistas, tarefa que cabe, em grande medida, às Pró-Reitorias de Extensão, responsáveis por gerir os processos de submissão, execução e prestação de contas dos projetos.

Apesar de existirem sistemas de registro institucional, como os relatórios finais de projetos de extensão, ainda são relativamente escassos os estudos que analisam de forma sistemática os produtos efetivamente gerados por essas ações, especialmente no que se refere à produção técnico-científica (livros, cartilhas, softwares, produtos audiovisuais, entre outros) e aos eventos realizados (seminários, oficinas, cursos). Compreender que tipos de produtos a

extensão universitária gera, e como esses produtos se relacionam com a área temática de vinculação dos projetos, permite qualificar a gestão institucional da extensão, fornecendo indicadores concretos para o planejamento, o fomento e a prestação de contas dos projetos, pois, hoje, muitas vezes, a gestão sabe apenas quantos projetos existem, mas não o que eles efetivamente produzem. Além disso, contribui para a literatura sobre avaliação e institucionalização da extensão universitária no Brasil, ainda carente de estudos que tratem a extensão como produtora de resultados mensuráveis.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo geral analisar os tipos de produção técnico-científica e de eventos gerados pelos projetos de extensão executados na última cota de financiamento da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), relacionando-os à área temática de vinculação de cada projeto. De forma mais específica, buscou-se: a) mapear a frequência dos diferentes tipos de produção técnico-científica e de eventos realizados pelos projetos; b) comparar os padrões de produção e de eventos entre as diferentes áreas temáticas; e c) discutir as implicações desses achados para a gestão da extensão universitária na instituição.

A relevância deste estudo reside tanto em sua dimensão prática, ao oferecer subsídios concretos à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UEPB para o planejamento e o acompanhamento das ações extensionistas, quanto em sua dimensão acadêmica, ao oferecer um retrato da produção extensionista de uma universidade estadual, construído a partir de uma abordagem metodológica que pode ser replicada por outras Instituições de Ensino Superior interessadas em qualificar a gestão e a avaliação de suas ações de extensão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Extensão Universitária: Indissociabilidade e Institucionalização

Atualmente a extensão universitária é reconhecida constitucionalmente como uma das três funções básicas da universidade brasileira, promovendo a interação entre a universidade e a sociedade, no entanto, ao longo de sua história, nem sempre ela foi compreendida dessa maneira. A origem da extensão universitária remonta à Inglaterra do século XIX, quando foi concebida como educação continuada destinada a adultos sem acesso à universidade. No Brasil, o movimento ganhou força a partir da década de 1960, impulsionado por movimentos sociais que buscavam democratizar o conhecimento acadêmico e promover a conscientização das classes populares. A Constituição de 1988 consolidou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo o compromisso social das universidades e reafirmando seu papel na formação cidadã e profissional dos estudantes (Pinto, 2024).

Silva (2001 apud Wociechoski; Catani, 2023) identifica três concepções de extensão presentes no cotidiano das universidades brasileiras. A primeira é a tradicional ou funcionalista, marcada por ações pontuais e assistencialistas, desarticuladas do ensino e da pesquisa. A segunda é a processual, que busca romper com o assistencialismo e associa a extensão às demais atividades acadêmicas, sendo hoje a concepção mais difundida institucionalmente. A terceira é a crítica, que concebe a extensão como matéria curricular, integrada organicamente à formação dos estudantes.

A concepção processual consolidou-se, sobretudo, a partir da atuação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), responsável pela sistematização nacional das ações extensionistas por meio da Política Nacional de Extensão Universitária. Nesse documento, a extensão é definida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que promove a interação transformadora entre a universidade e demais setores da sociedade, articulando-se de forma indissociável ao ensino e à pesquisa (FORPROEX, 2012). O documento organiza a extensão em torno de três eixos integradores, sendo eles áreas temáticas, território e grupos populacionais, além de estabelecer oito áreas temáticas de referência: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho (FORPROEX, 2012). Essa classificação orienta, até hoje, o registro institucional das ações de extensão na maior parte das universidades públicas brasileiras.

2.2. Curricularização da Extensão e Seus Desafios

Nas últimas duas décadas, a extensão universitária ganhou posição de destaque na agenda das políticas educacionais brasileiras. A Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) determinou que, no mínimo, 10% dos créditos curriculares dos cursos de graduação fossem destinados a programas e projetos de extensão, orientados prioritariamente a áreas de grande pertinência social. Essa estratégia foi posteriormente regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, que instituiu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e definiu a extensão como processo interdisciplinar que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e a sociedade, por meio da produção

e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018).

Essa perspectiva contribui significativamente para a formação acadêmica e profissional dos estudantes, permitindo a aplicação prática do conhecimento adquirido na universidade. Os projetos de extensão têm se mostrado fundamentais para a inovação educacional e tecnológica, além de funcionarem como espaços de produção científica e de desenvolvimento social. A curricularização da extensão reforça essa integração, garantindo que os estudantes vivenciem experiências concretas de atuação social ao longo de sua formação acadêmica (Pinto, 2024).

A literatura recente tem se dedicado a discutir os desafios enfrentados pelas instituições nesse processo de curricularização. Wociechoski e Catani (2023), ao analisarem a implementação da curricularização na Universidade Federal do Rio de Janeiro, destacam a dificuldade de conciliar a exigência legal com a manutenção da carga horária total dos cursos, o que levou a instituição a criar dispositivos alternativos de inserção curricular, como disciplinas mistas e requisitos curriculares suplementares. Morges e Lara (2024), por sua vez, ressaltam que a efetivação da curricularização permanece como um debate necessário e inacabado, exigindo reflexão contínua sobre o potencial transformador da extensão na formação universitária. Já Kienetz, Vieira e Visentini (2020), em estudo sobre a avaliação da extensão universitária, argumentam que a evolução da prática extensionista depende diretamente da capacidade das instituições de avaliar continuamente suas ações, de modo a identificar acertos e oportunidades de melhoria. Esses estudos coincidem ao indicar que, para além da adequação normativa, a curricularização impõe às

instituições o desafio de qualificar seus instrumentos de registro, acompanhamento e avaliação das ações extensionistas, o que reforça a relevância de estudos construídos a partir dos próprios registros institucionais.

2.3. Avaliação e Indicadores da Extensão Universitária: Estudos Recentes

Paralelamente ao debate sobre a curricularização, consolidou-se nos últimos anos uma linha de pesquisa dedicada à construção de indicadores para a avaliação das ações extensionistas. Gavira, Gimenez e Bonacelli (2020) propuseram um sistema de avaliação da integração entre ensino e extensão, estruturado a partir de critérios como o grau de integração ensino-extensão, a contribuição da ação para a universidade, para a sociedade e para o aluno participante, e o nível de apoio institucional recebido. Os autores destacam que a avaliação sistemática das ações extensionistas favorece tanto a inserção curricular da extensão quanto o mapeamento de experiências bem-sucedidas, que podem servir de referência para outras unidades acadêmicas.

Em uma perspectiva mais recente e metodologicamente inovadora, Gimenez et al. (2023) utilizaram a Teoria da Mudança como referencial para avaliar a integração curricular da extensão universitária, evidenciando a necessidade de instrumentos que vão além da simples contagem de atividades realizadas e considerem também os efeitos de médio e longo prazo da extensão sobre a formação dos estudantes e sobre a comunidade atendida. Esse movimento em direção a avaliações mais aprofundadas dialoga com a proposta de Kienetz, Vieira e Visentini (2020), para quem a

extensão universitária somente evolui na medida em que é continuamente avaliada e revisada.

No âmbito de diagnósticos institucionais de maior escala, destaca-se o estudo de Santos, Nogueira e Gonzaga (2021), que sistematizou um diagnóstico nacional da extensão universitária nas instituições públicas de educação superior brasileiras no período de 2012 a 2014. Esse trabalho, referência importante para a área, demonstra a viabilidade e a relevância de pesquisas baseadas em bancos de dados institucionais de extensão para a compreensão de padrões de atuação em escala nacional.

2.4. Produção Acadêmica e Bibliométrica Sobre Extensão Universitária

Um segundo eixo de estudos recentes volta-se à análise bibliométrica da própria produção científica sobre extensão universitária, isto é, ao exame de como o tema tem sido tratado pela literatura acadêmica brasileira. Foligno, Silva e Machado (2022) realizaram um estudo bibliométrico da produção científica brasileira sobre extensão universitária no período de 2010 a 2020, evidenciando o crescimento do interesse acadêmico pelo tema, sobretudo após a instituição da curricularização pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, o que reforça a atualidade e a relevância de pesquisas sobre os produtos e resultados da extensão.

Fadel et al. (2021) analisaram o perfil das publicações da área de Ciências Biológicas e da Saúde em revistas brasileiras de extensão universitária ao longo de uma década (2008-2017), documentando como uma área temática específica se expressa na produção editorial da extensão. Esse estudo constitui um precedente

metodológico relevante, na medida em que também parte da premissa de que a área de conhecimento vinculada ao projeto de extensão influencia os tipos de produtos e publicações gerados. Só que, nesse caso, o foco recai em uma única área temática e em periódicos científicos, e não no conjunto das áreas temáticas e dos tipos de produção e eventos registrados institucionalmente.

2.5. Produção Técnico-Científica e Eventos Como Produtos da Extensão

Distintamente da produção científica *stricto sensu*, cujo principal produto é o artigo publicado em periódico avaliado por pares, a extensão universitária caracteriza-se pela diversidade de formatos em que traduz e compartilha o conhecimento produzido. A própria Política Nacional de Extensão Universitária prevê que a extensão se realize sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos, reconhecendo assim uma pluralidade de formatos que vai de livros, capítulos de livros e artigos a cartilhas, produtos audiovisuais, softwares e jogos educativos, entre outros.

Essa pluralidade não é incidental, decorre da própria natureza da extensão como processo de interação transformadora entre a universidade e os demais setores da sociedade, o que pressupõe a adequação da linguagem e do formato do conhecimento produzido ao público e ao contexto de cada ação. Nesse sentido, é razoável supor que a área temática de vinculação de um projeto de extensão influencie diretamente os tipos de produtos técnico-científicos e de eventos gerados, já que é a área que define o campo de conhecimento e o tipo de interlocução com a comunidade.

3. METODOLOGIA

3.1. Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa tem natureza descritiva e abordagem predominantemente quantitativa, com incursões qualitativas pontuais, caracterizando-se como uma pesquisa documental (Gil, 2008), uma vez que se baseia na análise de relatórios finais de projetos de extensão, documentos institucionais produzidos para fins de prestação de contas junto à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), e não elaborados originalmente para fins de pesquisa acadêmica. A opção por uma abordagem documental e descritiva aproxima esta pesquisa de estudos anteriores que se debruçaram sobre bancos de dados institucionais de extensão, como o diagnóstico nacional conduzido por Santos, Nogueira e Gonzaga (2021) e o estudo de perfil de publicações por área temática realizado por Fadel et al. (2021), ainda que em escalas e recortes distintos.

3.2. Fonte de Dados e População

Os dados foram extraídos do banco de relatórios finais de projetos de extensão da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), referentes a todos os projetos executados na última cota de financiamento institucional (2025/2026). A população da pesquisa corresponde a 486 projetos de extensão, cada um constituindo uma unidade de análise. Para cada projeto, o relatório final registra, entre outras informações, a área temática de vinculação, a produção técnico-científica resultante (livros, capítulos de livros, anais, artigos, revistas, manuais, cartilhas, produtos audiovisuais, lives, programas de rádio e TV, jogos educativos, jornal e software) e os eventos realizados (seminários, fóruns, congressos, palestras, oficinas, cursos e

minicursos), quantificados em número de itens produzidos ou realizados.

3.3. Tratamento e Análise dos Dados

Os dados quantitativos referentes à produção técnico-científica, aos eventos realizados e ao número de pessoas assistidas foram tabulados e organizados em planilha eletrônica, na qual cada linha correspondeu a um projeto e cada coluna a uma variável de interesse. As análises foram realizadas com o auxílio da linguagem de programação Python, utilizando a biblioteca pandas para tabulação e cruzamento dos dados. Foram calculadas: a) frequências absolutas do número de projetos que geraram cada tipo de produção técnico-científica e de evento, bem como o total de itens produzidos; e b) percentuais de projetos que geraram cada tipo de produção técnico-científica e de evento, segundo a área temática de vinculação, permitindo identificar padrões de associação entre a área temática e os tipos de produtos gerados pela extensão.

3.4. Aspectos Éticos e Limitações

Por se tratar de dados institucionais agregados, extraídos de relatórios de gestão e analisados de forma anônima, sem identificação nominal de coordenadores, participantes ou beneficiários, a pesquisa não envolveu a coleta direta de dados com seres humanos, sendo os resultados apresentados exclusivamente de forma consolidada. Como limitação do estudo, destaca-se a distribuição desigual do número de projetos entre as áreas temáticas, com as áreas de Cultura (25 projetos) e Trabalho (10 projetos) apresentando amostras consideravelmente menores do

que as demais, o que impõe cautela na generalização dos resultados obtidos para essas áreas específicas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise contemplou 486 projetos de extensão executados na última cota (2025/2026), com base nos relatórios finais registrados junto à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Para cada projeto, foram extraídos os quantitativos de produção técnico-científica e de eventos realizados, relacionando-os à área temática de vinculação.

4.1. Panorama Geral da Produção Técnico-Científica e dos Eventos

No conjunto dos projetos analisados, observa-se predomínio de produtos voltados à comunicação e à divulgação sobre formatos acadêmicos tradicionais. Como mostra a Tabela 1, os itens mais frequentes foram artigos (135 projetos), anais (129) e produto audiovisual (120), este último respondendo também pelo maior volume total de itens produzidos (482), o que indica concentração da produção audiovisual em um número relativamente menor de projetos que produzem em maior quantidade. Em contrapartida, livros, revistas e, sobretudo, software figuram entre os produtos menos frequentes, o que é coerente com a natureza da extensão universitária, historicamente mais orientada à difusão e ao diálogo com a comunidade do que à produção acadêmica formal.

Tabela 1. Frequência de produção técnico-científica resultante dos projetos de extensão

Tipo de produção	Projetos (n)	Total de itens
------------------	--------------	----------------

Produto audiovisual (filme, vídeo)	120	482
Anais	129	274
Artigos	135	257
Cartilhas	114	220
Lives	65	207
Jogos educativos	74	182
Capítulo de livros	59	112
Programas de rádio e TV	60	103
Manuais	46	97
Livros	27	57
Jornal	15	54
Software	10	30
Revistas	16	27

Fonte: dados da pesquisa (2026).

O mesmo padrão se repete, de forma ainda mais acentuada, na distribuição dos eventos (Tabela 2). Palestras (247 projetos, 899 itens) e oficinas (237 projetos, 818 itens) concentram a maior parte da atividade extensionista, enquanto formatos de maior porte acadêmico, como congressos, seminários e fóruns, aparecem em proporção bem menor. Esse resultado sugere que a extensão universitária, na instituição analisada, privilegia formatos de curta duração e maior capilaridade junto à comunidade, em detrimento de eventos de natureza mais acadêmica.

Tabela 2. Frequência de eventos realizados pelos projetos de extensão

Tipo de evento	Projetos (n)	Total de itens
Palestras	247	899
Oficinas	237	818
Minicursos	112	327
Congressos	167	258
Seminários	130	223
Cursos	64	152
Fóruns	23	35

Fonte: dados da pesquisa (2026).

4.2. 4.2 Produção e Eventos Segundo a Área Temática

Ao relacionar os tipos de produção e de eventos com a área temática de vinculação dos projetos, expressos agora em termos do percentual de projetos de cada área que geraram pelo menos um item de determinado tipo (Tabelas 3 e 4), observam-se padrões distintos que sugerem um perfil próprio de cada área. A área de Comunicação apresenta o maior percentual de projetos com produto audiovisual (44,1%) e de jornal (17,6%), resultado esperado dada a própria natureza da área. Direitos Humanos também se destaca em produto audiovisual (38,5% dos projetos), reforçando seu caráter de sensibilização e mobilização social, enquanto Meio Ambiente lidera na realização de palestras (65,3% dos projetos), à frente de Direitos Humanos (57,7%) e Comunicação (52,9%). Já a área de Saúde concentra o maior percentual de projetos com anais

(46,8%) e de congressos (46,1%), formatos mais próximos da tradição acadêmica, possivelmente associados à exigência de registro técnico-científico típica da área.

Tecnologia e Produção apresenta o maior percentual de projetos com software entre as áreas de maior amostra (9,7%) e figura entre as áreas com maior presença de capítulo de livros, embora Meio Ambiente apresente percentual ainda superior nesse item (18,1% contra 16,1%). Em relação aos jogos educativos, Meio Ambiente (22,2%) e Educação (20,4%) apresentam os maiores percentuais, reforçando a relação dessas áreas com a produção de material pedagógico e de sensibilização ambiental. Cultura e Trabalho, com o menor número de projetos da amostra (25 e 10, respectivamente), apresentam maior variabilidade e percentuais menos estáveis na maioria das categorias, o que impõe cautela na interpretação dos resultados para essas áreas específicas.

Tabela 3. Percentual de projetos que geraram cada tipo de produção técnico-científica, por área temática

Tipo de produção	Educação	Saúde	Meio Amb.	Comunic.	Tec. Prod.
Produto audiovisual (filme, vídeo)	15,6%	27,7%	23,6%	44,1%	29,0%
Artigos	30,6%	36,2%	16,7%	20,6%	12,9%
Cartilhas	10,2%	34,8%	34,7%	11,8%	19,4%
Anais	19,0%	46,8%	20,8%	14,7%	19,4%

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/producao->

Fonte: dados da pesquisa (2026).

Tabela 4. Percentual de projetos que realizaram cada tipo de evento, por área temática

Tipo de evento	Educação	Saúde	Meio Amb.	Comunic.	Tec. Prod.
Palestras	45,6%	51,1%	65,3%	52,9%	48,4%
Oficinas	46,9%	44,7%	62,5%	50,0%	45,2%
Seminários	24,5%	24,1%	25,0%	50,0%	12,9%
Congressos	34,0%	46,1%	23,6%	14,7%	38,7%

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/producao-tecnico-cientifica-e-eventos-na-extensao-universitaria-uma-analise-por-area-tematica-na-universidade-estadual-da-paraiba?noblockage>

Fonte: dados da pesquisa (2026).

Em conjunto, os resultados sugerem que o tipo de produto gerado pela extensão universitária não é aleatório, mas reflete a natureza funcional de cada área temática. Áreas voltadas à comunicação e aos direitos humanos priorizam produtos de divulgação e sensibilização (produto audiovisual, jornal, palestras); áreas de saúde e de tecnologia produzem itens de caráter mais técnico (anais, manuais, software); e a área de educação orienta sua produção para materiais pedagógicos (jogos educativos). Esse achado dialoga com

a concepção de extensão como via de mão dupla entre universidade e sociedade, na qual o conhecimento acadêmico é traduzido em linguagens e formatos adequados às demandas específicas de cada campo de atuação (FORPROEX, 2012).

Esse padrão de diferenciação por área temática também é consistente com o que relatam Fadel et al. (2021) ao analisarem a produção editorial da área de Ciências Biológicas e da Saúde em revistas brasileiras de extensão, assim como observado nesta pesquisa para a área de Saúde da UEPB, os autores identificam uma produção fortemente vinculada a formatos de registro técnico-científico, o que reforça a hipótese de que campos de conhecimento com tradição de publicação em periódicos tendem a reproduzir esse padrão também em suas ações de extensão. Da mesma forma, o crescimento do interesse acadêmico pelo tema da extensão universitária, documentado por Foligno, Silva e Machado (2022) em seu estudo bibliométrico, ajuda a contextualizar por que iniciativas de sistematização de dados institucionais como a aqui apresentada têm se tornado cada vez mais relevantes para a gestão da extensão nas universidades brasileiras.

De modo geral, também se observa que, independentemente da área temática, os projetos de extensão da instituição privilegiam eventos de curta duração e maior alcance direto (palestras, oficinas) em detrimento de formatos acadêmicos mais tradicionais (congressos, seminários, fóruns), assim como priorizam produtos de comunicação e divulgação em relação à produção técnico-científica formal (livros, revistas, software). Esse padrão reforça o papel da extensão como instrumento de aproximação entre a universidade e a comunidade, ainda que aponte para uma oportunidade de fortalecimento da produção técnico-científica mais formal como

forma de consolidar e dar visibilidade acadêmica aos resultados alcançados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar os tipos de produção técnico-científica e de eventos gerados pelos projetos de extensão executados na última cota de financiamento da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), relacionando-os à área temática de vinculação de cada projeto. A partir da análise de 486 projetos, foi possível responder à pergunta de pesquisa que orientou o estudo, a extensão universitária gera, predominantemente, produtos de comunicação e divulgação (produto audiovisual, cartilhas) e eventos de curta duração e maior alcance direto (palestras, oficinas), em detrimento de formatos mais próximos da produção acadêmica tradicional (livros, revistas, software, congressos e seminários).

Os resultados evidenciaram que essa produção não se distribui de forma homogênea entre as áreas temáticas, mas configura antes uma espécie de tendência de atuação particular de cada área, ou seja, Comunicação e Direitos Humanos concentram-se em produtos de divulgação e sensibilização; Saúde e Tecnologia e Produção priorizam produtos de caráter mais técnico; e Educação orienta sua produção para materiais pedagógicos. Esse achado sugere que o tipo de produto gerado pela extensão reflete a natureza funcional de cada campo de conhecimento e a forma como cada área se relaciona com seu público-alvo, reforçando a extensão como via de tradução do conhecimento acadêmico em formatos adequados às demandas específicas da comunidade.

Do ponto de vista prático, os resultados oferecem subsídios concretos à Pró-Reitoria de Extensão da UEPB para o planejamento e o acompanhamento das ações extensionistas, podendo orientar, por exemplo, a criação de incentivos direcionados ao fortalecimento da produção técnico-científica formal, ainda pouco expressiva em todas as áreas temáticas, como forma de dar maior visibilidade acadêmica aos resultados da extensão, sem prejuízo de sua vocação de comunicação direta com a sociedade. Nesse sentido, é importante destacar que o retrato quantitativo aqui apresentado mostra o que e quanto cada área produz, mas não avalia o impacto real dessas ações. Estudos futuros poderiam complementar esses dados incorporando instrumentos de avaliação continuada, como os propostos por Gavira, Gimenez e Bonacelli (2020) e por Gimenez et al. (2023), capazes de captar a integração entre ensino e extensão, bem como os efeitos de médio prazo dessas ações sobre estudantes e comunidade. Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui ao apresentar um panorama da produção extensionista de uma universidade estadual, tema ainda pouco estudado se comparado à produção científica *stricto sensu*.

Como limitação do estudo, destaca-se a distribuição desigual do número de projetos entre as áreas temáticas, com Cultura e Trabalho apresentando amostras consideravelmente menores do que as demais, o que recomenda cautela na generalização dos achados para essas áreas específicas. Além disso, por se tratar de um recorte referente a uma única cota de financiamento, os resultados não permitem inferências sobre tendências de médio ou longo prazo na produção extensionista da instituição.

Para estudos futuros, sugere-se a realização de análises longitudinais que comparem diferentes cotas de financiamento, à

semelhança do diagnóstico nacional multitemporal conduzido por Santos, Nogueira e Gonzaga (2021), de modo a identificar tendências na produção extensionista ao longo do tempo, bem como a aplicação de testes estatísticos de associação entre área temática e tipo de produção, de forma a verificar a significância dos padrões aqui identificados. Sugere-se, ainda, a realização de estudos qualitativos que aprofundem a compreensão dos fatores institucionais e das dificuldades enfrentadas pelos coordenadores na execução dos projetos, complementando o retrato quantitativo aqui apresentado com a perspectiva dos próprios atores envolvidos na extensão universitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

FADEL, C. B.; MACHADO FILHO, C.; BORDIN, D.; SILVA JUNIOR, M. F. Perfil das publicações da área de Ciências Biológicas e da Saúde em revistas brasileiras de extensão universitária. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 12, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36661/2358-0399.2021v12i1.11652>.

FOLIGNO, A. Z.; SILVA, F. L.; MACHADO, M. M. Extensão universitária: estudo bibliométrico da produção científica brasileira (2010-2020). **Refas – Revista Fatec Zona Sul**, v. 8, n. 3, p. 19-33, fev. 2022. DOI: https://doi.org/10.26853/Refas_ISSN-2359-182X_v08n03_07.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

GAVIRA, M. O.; GIMENEZ, A. M. N.; BONACELLI, M. B. M. Proposta de um sistema de avaliação da integração ensino e extensão: um guia para universidades públicas brasileiras. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 25, n. 2, p. 395-415, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-4077/S1414-40772020000200009>.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENEZ, A. M. N.; GAVIRA, M. O.; MACHADO, M. M.; CUNHA, D. G. O uso da Teoria da Mudança para avaliar a integração curricular da extensão universitária. **Revista Eletrônica de Educação – REVEDUC**, v. 17, p. 1-31, jan./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.14244/198271996157>.

KIENETZ, T. B.; VIEIRA, K. M.; VISENTINI, M. S. Extensão universitária: avaliar para evoluir. **Teoria e Prática em Administração**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 111-118, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21714/2238-104X2020v10i1-48519>.

MORGES, R. N.; LARA, L. G. A. de. Desafios da curricularização da extensão: um debate necessário. **Revista Brasileira de Extensão**

PINTO, F. F. S. **A extensão universitária como lócus da experiência de um vivido**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1843/78108>.

SANTOS, S. R. M.; NOGUEIRA, M. D. P.; GONZAGA, M. R. **Diagnóstico da extensão universitária nas instituições públicas de educação superior brasileiras: 2012-2014**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

SILVA, M. das G. M. da. Extensão universitária no sentido do ensino e da pesquisa. In: FARIA, D. S. de (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p. 91-105.

WOCIECHOSKI, D. P.; CATANI, A. M. A curricularização da extensão: possibilidades e dilemas na Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Revista Conexão UEPG**, v. 19, n. 1, p. 1-13, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.19.21213.001>.

¹ Mestranda em Ciências da Educação (Universidad Autònoma de Asunciòn). Assistente Técnica na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)